

**Sr. Subsecretário-Adjunto,**

Trata-se de solicitação para **inscrição dos servidores JONES DE AZEVEDO PELECH JUNIOR, matrícula nº 02/4305 e INÊS MARTINS SIMÃO, matrícula nº 02/4257**, lotados no Gabinete do Conselheiro Marcio Henrique Cruz Pacheco, para participarem do **7º CONGRESSO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL – 7º CONACON**, promovido pela Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil – ANTC, a ser realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2024, na modalidade presencial, na cidade de Goiânia – GO, tal como disposto na SIE MHCP0210/2024 de peça nº 1.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 27.06.24, considerou que:

✓ A contratação tem respaldo no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, **“Inexigibilidade de Licitação”**, face à inviabilidade de competição;

✓ O custo individual de associado Aud-ANTC **até o dia 30.06.24** é de **R\$ 800,00** (oitocentos reais) e o valor individual para não associado **até o dia 30.06.24 de R\$ 1.440,00** (um mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme publicação na internet<sup>1</sup>;

✓ O pacote com inscrições ilimitadas possui o valor de **R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**, no entanto, o pacote destina-se apenas a Auditores de Controle Externo, Procuradores de Contas e Conselheiros/Ministros dos Tribunais, devendo as inscrições serem realizadas **até o dia 30.06.24**;

✓ Conforme tratativas feitas com Débora Roque, Assessora da ANTC, foi necessário nomear um servidor responsável para efetuar a inscrição no pacote ilimitadas, desta forma, o servidor Tiago de Jesus Silva, servidor do quadro da CLC, se inscreveu como responsável e efetuou a inscrição de todos os Auditores de Controle Externo deste processo e dos processos nº 301.382-6/2024, 301.441-8/2024, 301.316-7/2024 e 301.345-8/24 e (peça nº 14);

<sup>1</sup> <https://conacon.com.br/inscricoes/>

✓ Os dois servidores são Auditores de Controle Externo e, como já estão relacionados no pacote inscrições ilimitadas (formalizado nos processos nº 301.382-6/2024 e 301.441-8/2024), não geram custos de inscrição neste administrativo;

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 9);

✓ A **instituição possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 10 e 11), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

✓ Na proposta comercial apresentada pela instituição, constam as informações e condições do pacote de inscrições ilimitadas (peça nº 8);

✓ Encaminhado a SIE CLC0147/2024 à SUBENG para adoção das medidas necessárias visando à emissão de passagens aéreas e diárias, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça nº 12).

Nos termos do artigo 72, inciso III da Lei nº 14.133/21, a douta Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT examinou outro processo similar ao presente, que objetivou a inscrição de diversos servidores, no evento aqui pretendido, tendo se manifestado de forma favorável à contratação direta, conforme parecer constante no Processo TCE-RJ nº 301.382-6/24

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça inserida no dia 27.06.24 (peça nº 15), a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria-Geral deste Tribunal nos autos do processo TCE-RJ nº 301.382-6/24 (peça nº 13) e que as inscrições dos dois servidores não geram custos neste administrativo, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CGA para ciência e providências quanto à gestão contratual.

**Alexandre Tenorio Rocha**  
Assessor  
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos – CGA,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 e considerando que as inscrições do servidores JONES DE AZEVEDO PELECH JUNIOR e INÊS MARTINS SIMÃO não geram custos neste administrativo, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria para ciência e adoção das medidas necessárias à gestão contratual.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**